

Julgamento do «Reitor» recomeça esta manhã

Julgamento do caso da «Escola de Medicinas Alternativas

«REITOR» ALEGOU CONTACTOS COM MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Embora a sentença apenas seja conhecida depois da Páscoa, prossegue hoje o julgamento do caso da «Escola de Medicinas Alternativas», que funcionou em Braga durante meio ano em 1985 sob a «reitoria» de Ricardo Carvalho.

As novas sessões deste processo — uma vez que o julgamento anterior (que culminou em 31 de Julho de 1985) foi anulado pela Relação e pelo Supremo — recomeçaram ontem de manhã, perante a grande maioria dos 350 alunos da escola.

No primeiro julgamento, o «reitor» foi condenado a dois anos e meio de prisão, mas o juiz enviou-o em liberdade provisória mediante 500 contos de caução.

A sessão iniciou-se com a leitura das acusações da qual constava a falsificação de uma carteira profissional de médico, e emissão de um cheque sem cobertura e a tentativa de abuso de confiança perante cerca de 350 estudantes que pagaram, em média, 30 contos para se matricularem na «Escola de Me-

dicinas Alternativas», que funcionou na rua de S. Gonçalo, em Braga.

A fase seguinte, de perguntas e respostas do principal arguido, Ricardo de Carvalho, mostrou um réu sereno embora tenha dito que adquirira a cédula profissional, com carimbo da Ordem dos Médicos, por cerca de 300 contos que entregou a uma pessoa que não identificou.

Ricardo Carvalho foi quem emitiu diplomas aos co-arguidos Jaime Rita e Ariete Rita para os habilitar a dar aulas, falsificou um documento pondo «em crise a fé pública de tais documentos».

A acusação recordou-lhe que a cédula com o número da sua peritência ao médico Carlos A. Marques

Rodrigues, mas Ricardo de Carvalho, na resposta, tentou sempre gerar a convicção de que ele fora enganado pelos outros cinco co-arguidos no processo.

Ricardo de Carvalho defendeu-se também dizendo que foi delegado do Governo no Hospital de Cascais, facto que é desmentido pelo Governo.

Durante a tarde, os restantes co-arguidos no processo demarcaram-se das acusações feitas por Ricardo de Carvalho e a determinado ponto, quando as contradições eram notórias, acusaram-se mutuamente de mentirosos.

Ricardo de Carvalho tentou provar a legalidade da escola, invocando contactos com o ministro da Educação (José Augusto Seabra) e com Saigado Zenha.

Jaime Rita e Ariete Rita — os colaboradores mais directos de Ricardo de Carvalho — entraram em contradição com as respostas de Ricardo de Carvalho.

Para Jaime Rita tudo pareceu sempre certo até ao momento em que o «reitor» foi detido e a escola encerrada.

Ariete Rita, a quem faltam quatro cadeiras para concluir o curso de medicina, fez um «exame difícil» perante o «reitor» e recebia 40 contos por mês e afirmou-se convencida da legalidade da escola.

José Veríssimo voltou a reafirmar que tudo «parecia sério» apesar de não o terem convidado a dar aulas, mas contribuiu com 500 contos para a escola com a promessa de que seriam reembolsados.

Maria Helena manifestou a convicção de que tudo era legal e também se manifestou vítima das acções de Ricardo de Carvalho.

Quanto aos 338 alunos — que dificilmente voltarão a reaver o total do dinheiro investido nas matrículas, que ronda os 12 mil contos —, esperam que se faça justiça e que a verdade seja conhecida.

Ensino Particular
Escola de Medicinas Alternativas